

Os desafios das Bibliotecas Municipais na era digital: reflexões e caminhos futuros

Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite que me foi endereçado pela BAD Açores para participar neste congresso enquanto orador, e agradecer também o contributo de todos os envolvidos na realização deste encontro.

Devo confessar que este convite me causou alguma apreensão! Sendo eu um ser desencantado com este mundo, não poderia não abordar este assunto que me leva a estar aqui e que considero sensível e talvez polémico.

Embora não esteja explícito no título da comunicação, a minha abordagem parte da ideia de que o digital está, paulatinamente, a ocupar o espaço/lugar do livro. E de que este facto, a ser verdadeiro, têm um profundo impacto na sociedade atual e, conseqüentemente, no modo como as bibliotecas, especialmente as bibliotecas municipais/públicas se vêm redefinindo, moldando e adaptando nos últimos anos.

A minha abordagem parte também da ideia de que aquilo que se ganha com as novas tecnologias da informação e comunicação não supera o que se perde (pelo menos para grande parte dos seus utilizadores).

Não que estas novas tecnologias não tenham as suas virtudes, elas são bem conhecidas. Mas também encerram muitos perigos que podem ter conseqüências desastrosas na capacidade de o ser humano construir um futuro mais esclarecedor, livre e próspero.

E, finalmente, parte da ideia, que aqui tentarei defender, de que as bibliotecas são (TAMBÉM) lugares de resistência e que, por isso, não devem perder de vista o seu valor fundacional que é o Livro.

Parti então numa demanda na procura de informação que me possibilitasse ter uma visão mais clara e abrangente sobre estes assuntos.

Considerarei que deveria começar por procurar e indagar os dados estatísticos disponíveis com o propósito de fazer comparações e perceber a evolução de determinados indicadores chave para esta comunicação sendo eles os

Hábitos de leitura,

a utilização e frequência das bibliotecas e

a utilização das TIC (incluindo os audiovisuais).

Hábitos de Leitura:

O primeiro dado que importa referir, segundo o ***Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020***, é o facto de 61% dos portugueses não terem lido um único livro no ano de 2020.

Outros dados relevantes dizem-nos que apenas 10% dos inquiridos leram livros em formato digital e que a larga maioria do total de leitores (68%) leram por prazer (*Romances de grandes autores contemporâneos e Policiais, Espionagem e de Ficção científica*)

os que menos o fazem, são jovens entre os 15 e os 24 anos (43%).

Em 2006, o Plano Nacional de Leitura encomendou um estudo sobre os hábitos de leitura dos portugueses **ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação** do Ministério da Educação e os resultados que importam reter são os seguintes:

a leitura por razões educativas é manifestamente inferior que por outras razões, nomeadamente por lazer (dados do *Eurobarometer Survey on Europeans' Participation in Cultural Activities* de 2001).

a quantidade de livros lidos no ano em análise: 66,5% dos leitores não lê mais de 5 livros por ano e 85% não lê mais de 10 livros por ano. Em 2020, dos 39% da população portuguesa que leu livros, 27% não leu mais do que 5 livros.

Utilização e frequência das Bibliotecas:

Em 2020, 80% dos portugueses revelou não ter frequentado estes espaços uma única vez, apontando como principal razão o facto de não sentir necessidade. Dos restantes 20%, apenas 2% reportava frequentá-las com regularidade e com o principal intuito de estudar/trabalhar;

Em contrapartida, em 2007 quase 83% da população portuguesa não frequentava bibliotecas, sendo a razão mais invocada (47%) para não as frequentar, por não gostar.

Utilização das TIC:

Começando pelo estudo encomendado pelo PNL, o primeiro dado a reter é que a maioria dos inquiridos nunca utilizou o computador (52%).

A maioria dos utilizadores são estudantes, acedem diariamente e fazem-no para estudo para lazer.

O local de acesso à internet é preferencialmente a partir de casa e os downloads de músicas, filmes e séries são muito frequentes entre os utilizadores da internet.

É ainda referido que 99% dos portugueses têm o hábito de ver televisão e que apenas uma pequeníssima percentagem assiste a programas culturais de conteúdos considerados como construtivos.

Segundo o ***Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020***,

o inquérito mostra que 71% dos portugueses refere utilizar a internet e que a sua utilização nas faixas etárias mais jovens (15 aos 24 anos) é praticamente total (100%).

Apurou-se ainda que cerca de 90% dos internautas utilizam habitualmente o ***smartphone*** para aceder à internet.

A utilização diária da internet para lazer representa 82% dos utilizadores.

Nos consumos culturais online destacam-se ouvir música a partir da internet (mais de metade dos utilizadores), a procura de informação sobre livros, música, cinema e espetáculos e ler sites de notícias.

Procurar informação sobre bibliotecas e aceder a bibliotecas e arquivos digitais e virtuais é uma prática muito pouco frequente entre os internautas.

Quanto ao audiovisual, 90% dos portugueses refere visionar televisão diariamente.

É o segmento da população com menos rendimentos e com mais idade que passa mais tempo diante o ecrã de televisão.

Em franca contradição com as tendências apresentas por estes 2 estudos mencionados, está o estudo ***Hábitos de compra e leitura de livros*** encomendado pela APEL e levado a cabo pela empresa ***Nielsen/GfK*** em 2024

venderam-se cerca de 6 milhões de livros, uma variação de mais 7,4% em relação ao ano anterior sendo que os livros de ficção e infantojuvenis representam em conjunto cerca 67,4 das vendas.

este estudo indica que 70% dos portugueses leu pelo menos um livro no último ano e que a média se situa em 8 livros lidos num ano.

Cerca de 60% dos leitores lê por prazer

20% os leitores que escolheram o formato digital.

Os géneros mais lidos são os *Romances* (50%), seguido pelos *Policiais e Thrillers* (30%).

(dados que diferenciam vendas de leituras)

As bibliotecas, têm tido dificuldade em cativar a população portuguesa,

a percentagem de portugueses que frequentam e utilizam os seus serviços é baixa e a perceção que se tem das bibliotecas é a de que são espaços desinteressantes e de pouca utilidade

a tendência acerca dos conteúdos dos livros lidos pelos portugueses se aproximam mais dos conteúdos disponibilizados pelos audiovisuais no que toca ao motivo principal da sua fruição, o lazer.

Que se lê pouco para adquirir conhecimento assim como não se lê o suficiente no contexto de aprendizagens formais e informais.

A dependência das sociedades contemporâneas das novas tecnologias da informação e comunicação é cada vez maior e a rapidez com que se disseminaram a nível global mudaram o mundo e a forma como os seres humanos se relacionam com ele.

está a dificultar a capacidade da humanidade avaliar e refletir os seus impactos na vivência do presente e também na definição do futuro.

impõem-se na vida dos humanos como imprescindíveis, como a única forma de operar e atuar num mundo que precipitadamente exclui aqueles que não querem ou não conseguem aceitar a mudança.

a sua hegemonia esmague e sufoque as velhas tecnologias como, por exemplo, o livro.

da mesma forma que se revelam extremamente úteis e imprescindíveis para o desenvolvimento e o progresso da humanidade, também se podem revelar como um poderoso instrumento ao serviço de propósitos contrários aos princípios e direitos fundamentais do ser humano.

E julgo que, sobre este ponto, temos o dever de não sermos complacentes e reconhecer que a utilização das TIC, em certos contextos sociais, políticos e económicos, produz efeitos indesejados e nefastos, geradores de conflitos e de miséria e sofrimento humano.

Não será estranho então que intelectuais, académicos ou não, assumam posições ideológicas que enquadram os acontecimentos do mundo atual numa lógica de contestação e crítica ao pensamento dominante.

Para Noam Chomsky, professor universitário e reputado linguista, a doutrinação dos indivíduos ocorre e é necessária para a manutenção dos poderes estabelecidos.

Chomsky apoia-se num estudo realizado por dois economistas sobre o ensino público nos Estados Unidos da América que conclui que a educação de massas está orientada para a obediência e a conformidade.

O pensamento crítico, a criatividade, a liberdade de pensamento não são incentivados nem fomentados no processo educativo.

A formatação de indivíduos submissos e obedientes repousa na eliminação do risco da intervenção cívica e política que o pensamento livre e crítico estimula.

Um sistema de ensino que não valoriza o princípio básico da autonomia de pensamento e da capacidade crítica e criativa, é um fator de limitação na capacidade dos indivíduos se integrarem e interagirem em sociedade.

A educação formal e as respetivas políticas pedagógicas está aparentemente relacionada com o crescente desinteresse dos indivíduos pela leitura construtiva. Uma leitura que implique pensar e questionar o que é lido, como um exercício intelectual. Uma leitura que estimule o pensamento, que questione o mundo e que desenvolva a imaginação.

Como diz Mário Vargas Llosa no seu livro “A Civilização do espetáculo” a literatura serve para:

1. Entender melhor a complexidade humana;
2. Ser mais lúcido sobre os problemas da vida;
3. Compreender a realidade contemporânea;
4. Ser mais crítico acerca da manipulação da verdade pelos poderes instituídos.

Para estes autores, esta forma de ler um livro está em risco. Não só porque as aprendizagens cognitivas e intelectuais necessárias para o fazer não são estimuladas na escola, mas também porque os alunos procuram e leem cada vez menos fontes de informação válidas e fidedignas. A internet passou a ser o recurso mais usado na procura de informação.

Um outro fator que está na origem de profundas alterações dos hábitos de leitura é a vulgarização da cultura light ou de entretenimento. Este conceito proposto por Llosa defende a ideia de que, ao longo do sec. XX, a cultura erudita foi perdendo o seu peso para dar lugar a uma nova cultura, uma cultura que privilegia o ócio e o divertimento como valor supremo.

Segundo o autor, a civilização do espetáculo refere-se a “um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigente é ocupado pelo entretenimento e onde divertir-se, fugir ao aborrecimento, é a paixão universal”.

A legítima e valiosa ideia de democratizar a cultura, como forma de acesso universal em sociedades cada vez escolarizadas, teve resultados inesperados. A par da massificação da cultura, ocorreu a sua superficialização e empobrecimento. A palavra foi perdendo a sua relevância e lentamente

substituída pela imagem que, especialmente com o surgimento da televisão, passou a dominar o espaço mediático como principal fonte de transmissão de informação.

Como Llosa afirma, “Quando uma cultura relega para o sótão das coisas passadas de moda o exercício de pensar e substitui as ideias pela imagem, os produtos literários e artísticos são promovidos, aceites ou rejeitados pelas técnicas publicitárias e pelos reflexos condicionados de um público que não têm defesas intelectuais e sensíveis para detetar os contrabandos e as extorsões de que é vítima”.

A literatura também não escapou ao nivelamento e à banalização da cultura. Tornou-se, nos dias de hoje, “light”, cumprindo também a função de entreter. Mesmo assim, este tipo de literatura continua a exigir a participação ativa do leitor, no sentido em que este necessita de utilizar a memória, a imaginação e relações mais ou menos complexas de associações para compreender e conferir um sentido ao texto. O esforço que a leitura exige demove o público dos livros e orienta-os para o Audiovisual. O texto já não consegue competir com a imagem.

É um formato que cultiva a preguiça. O privilégio dado ao consumo de conteúdos audiovisuais em detrimento do livro é uma das razões que explica os atuais baixos índices de leitura e a falta de interesse nas bibliotecas.

Estas apreciações parecem apontar para o gradual desuso do Livro. A internet, por seu lado, apresenta-se, cada vez mais, como o seu substituto. A leitura nos ecrãs é, hoje, onnipresente nas nossas sociedades. Seja motivada pelo lazer, pelo trabalho ou no contexto escolar. Numa altura em que as TIC invadem as escolas com o pretexto de serem pedagogicamente relevantes nas competências e aprendizagens que se espera que os alunos adquiram, importa tecer algumas considerações sobre este assunto.

No atual momento em que se discute a proibição da utilização de telemóveis nas escolas, parece-me uma contradição insanável o facto das escolas escolherem proibir, enquanto, simultaneamente, incentivam o uso destes dispositivos nas salas de aula.

Falo concretamente da substituição dos manuais escolares pelos seus homólogos digitais. Em conversa com dois dos meus sobrinhos, o mais novo confessou não estar satisfeito com o acesso aos manuais escolares através do tablet que a escola lhe ofereceu. O mais velho, a frequentar o secundário, não teve acesso aos computadores portáteis distribuídos a alguns alunos da sua escola, mas referiu que a maioria destes passa o tempo na internet e a jogar enquanto os professores lecionam as suas matérias. A insistência de políticas educativas que reforçam as aprendizagens através de meios digitais não assegura necessariamente a qualidade da educação. Não existem evidências de que este é o meio adequado para atingir o famigerado sucesso escolar.

Pelo contrário, os estudos na área da psicologia cognitiva mostram que os ecrãs deterioram a leitura.

Estes suportes retro iluminados cansam a visão tornando a leitura menos eficiente.

Estudos comparativos mostram que a leitura sobre papel são mais eficazes na compreensão do texto.

A tendência da superficialidade na compreensão está também relacionada com os hábitos de interação com os conteúdos digitais.

A leitura em suportes digitais, para além de serem mais lentas, pois o foco dispersa mais facilmente devido ao seu elemento interativo, também afeta a memorização, no sentido em que facilmente se perdem os elementos constitutivos do texto que lhes conferem sentido.

Há, pois, uma tendência, como afirma o filósofo italiano Roberto Casati, em fazer uma analogia que confunde a aprendizagem da linguagem e a capacidade de manipulação das interfaces digitais. Ainda não foi demonstrado que se trate de um tipo de competência equiparável à competência linguística, apesar de parecer ser este o caminho que as escolas estão em vias de adotar.

As evidências são claras. As estatísticas mostram que se lê menos (livros) e que se utilizam mais meios digitais. Lê-se mais, mas a leitura é funcional. Tal como se escreve. Mas a realidade parece contraditória. A APEL mostra que o mercado livreiro está de boa saúde. Mas aqui, é preciso perceber o que se lê e como se lê. Dados mostram que a leitura se tem tornado uma atividade de lazer. Nada contra. Mas esta noção de lazer está mais próxima da noção de divertimento, bem expressa na obra *Civilização do Espetáculo* de Mário Vargas Llosa. A ocupação dos tempos livres como *tempos* de fruição intelectual está a desaparecer.

É neste contexto que as bibliotecas, sobretudo as Públicas/Municipais vivem, no meu entender, uma condição de crise de identidade.

As bibliotecas têm dificuldade em apresentar argumentos que justifiquem a sua importância e utilidade e acompanhar as rápidas e numerosas mudanças que ocorrem na contemporaneidade.

A internet substitui as bibliotecas na função de disponibilizar informação.

Na promoção da leitura, as bibliotecas são entendidas como extensões da educação formal, como complemento de um sistema já existente. De certa forma, a escola limita o seu potencial, autonomia e reconhecimento público.

As bibliotecas universitárias, as nacionais, as especializadas, as digitais, as particulares, os centros de documentação, os arquivos e até mesmo as escolares têm uma missão própria que as orienta e as define, embora também comungue dos princípios gerais que definem uma biblioteca. As bibliotecas públicas ou

municipais são instituições que, pela sua natureza, alargam a sua missão a uma abrangência de públicos, conhecimentos, informações, variedade de suportes e documentos, de necessidades e interesses dos seus utilizadores.

"A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros." (UNESCO, 1994).

Atingir este objetivo é uma utopia. As bibliotecas públicas/municipais não têm meios nem condições para assumir o papel da “casa da sabedoria”.

Na era do digital, o novo paradigma para as bibliotecas públicas passa pela construção de uma nova relação com os seus utilizadores tendo como base as TIC, assumindo-se como mediadores do conhecimento. Isto não é esquecer o livro mas é, de certa forma secundarizá-lo.

O livro, seja em suporte digital ou físico, deve ocupar um lugar central nas bibliotecas. A ideia de introduzir as TIC nas bibliotecas para a utilização e usufruto de conteúdos culturais de entretenimento é um erro. As bibliotecas devem continuar a ser o lugar sagrado onde se presta o culto do livro numa perspetiva de edificação do homem.

Para Llosa, é no seio da família que se transmite a cultura e, como reconhecem muitos bibliotecários, o incentivo e promoção da leitura deve começar por aqui.

Mais do que a promoção do livro, deve-se eleger a literacia como a fonte primordial para atingir os desígnios expressos no Manifesto da IFLA-UNESCO para as bibliotecas públicas,

As bibliotecas só existem se houver leitores, os livros só fazem sentido de houver quem os saiba ler.

Se as bibliotecas são espaços democráticos no seu pleno sentido, então é preciso formar cidadãos informados, conscientes, livres e autónomos.

Por isto tudo, as bibliotecas públicas são, acima de tudo, espaços de resistência política.

Nicolau Marques

Biblioteca Municipal de São Roque do Pico